

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Prefácio

Nota do Autor

PARTE 1 – DOS CONTRATOS EM GERAL

CAPÍTULO 1 – NOÇÃO GERAL DE CONTRATO

1. Considerações prévias
2. Fato jurídico e contrato
3. Fontes das obrigações e contratos
4. *Nomen iuris*
5. Conceito de contrato
- 5.1. *Ad rubricam*
- 5.2. Conteúdo patrimonial dos contratos
- 5.3. As normas contratuais
6. Contrato e figuras jurídicas afins
- 6.1. Contrato e policitação
- 6.2. Promessa de contrato
- 6.3. Negócios jurídicos unilaterais
7. Elementos constitutivos
- 7.1. *Ad rubricam*
- 7.2. A causa como elemento do contrato
- 7.3. Elementos essenciais subjetivos
- 7.3.1. Participação de duas ou mais pessoas
- 7.3.2. Capacidade de fato
- 7.3.3. Declaração de vontade das partes
- 7.4. Elementos essenciais objetivos
8. Princípios fundamentais
- 8.1. *Ad rubricam*
- 8.2. Princípio da autonomia da vontade e a função social dos contratos
- 8.3. Princípio da obrigatoriedade
- 8.4. Princípio consensualista
- 8.5. Princípio da boa-fé
9. Disposições preliminares dos contratos
- 9.1. Interpretação e renúncia nos contratos de adesão
- 9.2. A proibição dos pactos sucessórios

CAPÍTULO 2 – CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS

10. Considerações gerais
11. Contratos bilaterais e plurilaterais
12. Sinalmáticos e unilaterais
13. Onerosos e gratuitos
14. Comutativos e aleatórios
15. Consensuais, reais e formais
16. Principais e acessórios
17. Típicos e atípicos
18. Contratos de execução imediata, diferida ou continuada
19. Contratos preliminares e definitivos
20. Contratos *gré à gré* e de adesão
21. Individuais e coletivos
22. Contratos judiciários e comuns

CAPÍTULO 3 – FORMAÇÃO DO CONTRATO

23. Noção geral

24. Proposta

24.1. Conceito

24.2. Obrigatoriedade da proposta e exceções

24.2.1. Se o contrário não resultar da proposta

24.2.2. Se o contrário não resultar da natureza do negócio

24.2.3. Se o contrário não resultar das circunstâncias do caso

24.3. Oferta ao público

25. Aceitação

25.1. Noção

25.2. Resposta com natureza de nova proposta

25.3. Dever de aviso do proponente ao oblato

25.4. Aceitação tácita

25.5. Efeitos jurídicos da aceitação entre ausentes e exceções

26. Lugar de formação

27. Conclusão do contrato

CAPÍTULO 4 – INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS CONTRATOS

28. Anotações preliminares

29. O valor das normas legais de interpretação

30. Interpretação autêntica

31. As regras fundamentais do Código Civil

31.1. As teorias da vontade e da declaração

31.2. A opção do legislador brasileiro: o art. 112 do Código Civil

31.3. A interpretação conforme a boa-fé e os usos

31.4. Outras disposições legais

32. Orientações doutrinárias de natureza prática

33. Integração dos contratos

CAPÍTULO 5 – ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIRO

34. Noção do instituto

35. Histórico

35.1. O Direito Romano

35.2. O *Code Napoléon* e o Código Civil italiano de 1865

36. O Direito Comparado

36.1. Alemanha

36.2. Suíça

36.3. Itália

36.4. Argentina

36.5. Portugal

37. Natureza jurídica

37.1. Teoria da oferta

37.2. Teoria da gestão de negócios

37.3. Teoria da obrigação unilateral

37.4. Teoria do contrato *sui generis*

37.5. Outras teorias

38. Disposições do Código Civil de 2002

38.1. O vínculo entre o estipulante e o promitente

38.2. A relação entre o promitente e o beneficiário

38.3. O vínculo entre o estipulante e o beneficiário

38.4. Crítica

38.5. Acórdão do Superior Tribunal de Justiça

CAPÍTULO 6 – PROMESSA DE FATO DE TERCEIRO

39. Considerações prévias

40. Conceito e elementos

40.1. Conceito

40.2. Elementos

41. A ratificação

42. Natureza jurídica

42.1. Teoria da gestão de negócio

42.2. Teoria do mandato

42.3. Teoria da fiança

43. Regras do Código Civil

43.1. A regra básica: conjugação dos artigos 439 (*caput*) e 440 do Código Civil

43.2. Exceção à responsabilidade do promitente

CAPÍTULO 7 – VÍCIOS REDIBITÓRIOS

44. Conceito e elementos

44.1. Defeito oculto

44.2. Aquisição por contrato comutativo

44.3. A existência do vício no momento da tradição

44.4. A extensão do vício

45. Terminologia

46. Distinções básicas

47. Fundamentos do instituto

48. Natureza jurídica

49. Regras básicas do Código Civil

49.1. O significado e o alcance dos vícios redibitórios

49.2. O *animus* do alienante

49.3. Decadência

49.3.1. Regra geral

49.3.2. Situações especiais

49.3.3. Semoventes

49.3.4. Cláusula de garantia

50. O Código de Defesa do Consumidor

CAPÍTULO 8 – EVICÇÃO

51. Conceito

52. Elementos

52.1. Contrato oneroso

52.2. Perda total ou parcial do direito

52.3. A sentença judicial é elemento essencial?

52.4. Anterioridade do vício no direito

52.5. Ausência de exclusão de responsabilidade

53. O Direito Romano

54. Regras básicas do Direito Civil brasileiro

54.1. *Ad rubricam*

54.2. Alcance da garantia

54.3. Cláusulas especiais

54.4. Os direitos do evicto

54.5. Evicção parcial

54.6. Benfeitorias

54.7. Notificação do alienante

54.8. Conflito de disposições

CAPÍTULO 9 – CONTRATOS ALEATÓRIOS

55. Conceito

56. A noção entre os antigos e no Direito Comparado

57. As regras gerais do Direito brasileiro

57.1. Negócio jurídico *emptio spei*

57.2. A *emptio rei speratae* (compra da coisa esperada)

57.3. Coisas existentes expostas a risco

CAPÍTULO 10 – CONTRATO PRELIMINAR

58. Considerações prévias

59. Conceito e elementos

60. Natureza jurídica e categorias afins

61. Direito Comparado

62. As regras básicas do Direito brasileiro

62.1. *Ad rubricam*

62.2. Os requisitos essenciais

62.3. Exigência do contrato definitivo

62.4. O registro

62.5. Eventual definitividade da sentença e as *astreintes*

62.6. A alternativa do credor

62.7. Promessa unilateral

CAPÍTULO 11 – CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR

63. Conceito e elementos

64. Natureza jurídica e figuras afins

65. O Direito Comparado

65.1. A origem italiana do instituto

65.2. O instituto no Direito português

65.3. O instituto em face de outros ordenamentos

66. Regras básicas do Direito brasileiro

66.1. *Ad rubricam*

66.2. A reserva de nome

66.3. Comunicação ao *promittens*

66.4. Efeitos jurídicos da aceitação e comunicação ao *promittens*

66.5. Ineficácia da *reserva de nomeação*

CAPÍTULO 12 – EXTINÇÃO DO CONTRATO

67. Considerações gerais

68. Regras básicas do Direito brasileiro

68.1. *Ad rubricam*

68.2. Distrato

68.3. Resilição unilateral

68.4. Resolução

68.5. Exceção de contrato não cumprido

68.6. Resolução por onerosidade excessiva – Cláusula *rebus sic stantibus*

PARTE 2 – TIPOS CONTRATUAIS REGULADOS NO CÓDIGO CIVIL

CAPÍTULO 13 – COMPRA E VENDA

69. Considerações prévias

70. Conceito e elementos

70.1. Conceito

70.2. Elementos

71. Caracteres

72. Efeitos jurídicos

72.1. Entrega da *res* e pagamento do preço

72.2. Pagamento e entrega da coisa – precedência

- 72.3. Responsabilidade pela evicção e vícios redibitórios
- 72.4. Despesas contratuais
- 72.5. Riscos da coisa
- 73. Promessa de compra e venda
- 74. Venda de coisa alheia
- 75. Síntese das obrigações do vendedor e do comprador
- 76. Regras básicas do Direito pátrio
 - 76.1. Regra conceitual
 - 76.2. Compra e venda de coisa atual ou futura
 - 76.3. Vendas por amostras, protótipos ou modelos
 - 76.4. Definição *a posteriori* do preço
 - 76.5. Fixação unilateral do preço – nulidade contratual
 - 76.6. O teor dos artigos 490 a 492 do Código Civil (despesas contratuais, precedência do cumprimento da obrigação e riscos)
 - 76.7. Lugar de entrega
 - 76.8. As cláusulas CIF e FOB
 - 76.9. Insolvência do comprador
 - 76.10. Venda de ascendente a descendente
 - 76.11. Impedimentos
 - 76.12. Venda entre cônjuges
 - 76.13. Venda *ad corpus* e *ad mensuram*
 - 76.14. Débitos pertinentes à coisa vendida
 - 76.15. Coisas vendidas conjuntamente – defeito oculto
 - 76.16. Venda por condômino de coisa indivisível
 - 76.17. Direito de preferência do locatário
- CAPÍTULO 14 – PACTOS ADJETOS À COMPRA E VENDA
- 77. Considerações prévias
- 78. Retrovenda
 - 78.1. Noção geral
 - 78.2. Polêmica sobre o instituto
 - 78.3. Regras básicas do Direito brasileiro
 - 78.3.1. O pacto se estende à coisa móvel?
 - 78.3.2. Características
 - 78.3.3. Restituição e reembolso
 - 78.3.4. Direito de seqüela
 - 78.3.5. Titularidade múltipla do direito de resgate
- 79. Da venda a contento e da sujeita a prova
 - 79.1. Venda a contento
 - 79.2. Venda sujeita a prova
 - 79.3. Aplicação das regras de comodato
 - 79.4. A omissão de prazo para a declaração do comprador
 - 79.5. O consumidor e o prazo de reflexão
- 80. Da preempção ou preferência
 - 80.1. Conceito
 - 80.2. A interpretação dos prazos
 - 80.3. Estipulação em favor de uma ou mais pessoas
 - 80.4. Violação ao direito de preferência – consequências
 - 80.5. A preferência nas desapropriações
 - 80.6. O direito de preferência em outros estatutos
- 81. Venda com reserva de domínio
 - 81.1. Conceito
 - 81.2. Natureza jurídica

- 81.3. Formalização do pacto
- 81.4. Os riscos da coisa
- 81.5. Inadimplência do comprador e seus efeitos
- 81.6. Financiamento por instituição do mercado de capitais
- 81.7. Venda mediante poupança

82. Da Venda sobre documentos

- 82.1. Conceito
- 82.2. Obrigações do vendedor
- 82.3. Obrigações do comprador
- 82.4. Intermediação de estabelecimento bancário

CAPÍTULO 15 – TROCA OU PERMUTA

- 83. Conceito
- 84. Caracteres e natureza jurídica
- 85. Regras básicas do Código Civil
- 85.1. Aplicação das normas referentes à compra e venda
- 85.2. Regras particulares à troca

CAPÍTULO 16 – CONTRATO ESTIMATÓRIO

- 86. Noção
- 87. Caracteres e natureza jurídica
- 88. Regras básicas do ordenamento brasileiro
- 88.1. Elementos do contrato
- 88.2. O consignatário e os riscos da coisa
- 88.3. Impenhorabilidade da coisa
- 88.4. Impedimento de venda pelo consignante

CAPÍTULO 17 – DOAÇÃO

- 89. Considerações prévias
- 90. Conceito, elementos, caracteres e natureza
- 90.1. Conceito
- 90.2. Elementos
- 90.3. Caracteres
- 90.4. Natureza jurídica
- 91. Promessa de doação
- 92. Espécies
- 92.1. Doação pura ou simples
- 92.2. Doação modal ou por encargo
- 92.3. Doação remuneratória
- 92.4. Doação mista
- 92.5. Doação com cláusula de reversão
- 92.6. Doação condicional
- 92.7. Doação com cláusula de inalienabilidade vitalícia
- 93. Disposições gerais
- 93.1. Doação de ascendentes a descendentes ou entre cônjuges
- 93.2. Subvenção periódica
- 93.3. Doação *propter nuptias*
- 93.4. Doação de todos os bens
- 93.5. Doação inoficiosa
- 93.6. Doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice
- 93.7. Doação conjuntiva
- 93.8. Juros moratórios, evicção e vícios redibitórios
- 93.9. Doação à entidade futura
- 94. Revogação da doação
- 94.1. Irrenunciabilidade do direito de revogação

- 94.2. Doações irrevogáveis por ingratidão
- 94.3. Hipóteses de ingratidão do donatário
- 94.4. A iniciativa da revogação
- 94.5. Efeitos da revogação

CAPÍTULO 18 – LOCAÇÃO DE COISAS

- 95. Considerações prévias
- 96. Conceito, elementos e caracteres
 - 96.1. Conceito
 - 96.2. Elementos
 - 96.3. Caracteres
- 97. Regras básicas do Código Civil
 - 97.1. Obrigações do locador
 - 97.2. Obrigações do locatário
 - 97.3. A relação *ex locato* vencido o prazo contratual
 - 97.4. Venda rompe locação
 - 97.5. Morte de uma das partes
 - 97.6. Direito de retenção por benfeitorias
- 98. As regras básicas da Lei do Inquilinato
 - 98.1. *Ad rubricam*
 - 98.2. Disposições gerais
 - 98.2.1. Da locação em geral
 - 98.2.1.1. Prazo
 - 98.2.1.2. O contrato de locação e a extinção de usufruto ou de fideicomisso
 - 98.2.1.3. Denúncia pelo locatário
 - 98.2.1.4. Outras causas de dissolução contratual
 - 98.2.1.5. A morte do locador ou do locatário
 - 98.2.1.6. Cessão da locação, sublocação e empréstimo do imóvel
 - 98.2.2. Sublocações
 - 98.2.3. Aluguel
 - 98.2.4. Obrigações do locador
 - 98.2.5. Obrigações do locatário
 - 98.2.6. Direito de preferência
 - 98.2.7. Das benfeitorias
 - 98.2.8. Das garantias locatícias
 - 98.2.9. Penalidades criminais e civis
 - 98.2.10. Nulidades
 - 98.3. Das disposições especiais
 - 98.3.1. Da locação residencial
 - 98.3.2. Locação para temporada
 - 98.3.3. Locação não residencial

CAPÍTULO 19 – COMODATO

- 99. Generalidades
- 100. Conceito
- 101. Caracteres
- 102. Obrigações do comodatário

CAPÍTULO 20 – MÚTUO

- 103. Conceito
- 104. Caracteres
- 105. O mútuo feito a pessoa menor
- 106. A cobrança de juros
- 107. Prazo contratual
- 108. Garantia superveniente ao contrato

CAPÍTULO 21 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

- 109. Considerações prévias
- 110. Conceito e contratos afins
- 111. Caracteres
- 112. Regras básicas do Código Civil
 - 112.1. Duração do contrato
 - 112.2. Mudanças subjetivas
 - 112.3. Necessária habilitação do prestador
 - 112.4. Extinção do contrato
 - 112.5. Aliciamento de prestador de serviço
 - 112.6. Serviço em prédio agrícola alienado

CAPÍTULO 22 – EMPREITADA

- 113. Conceito e figuras afins
- 114. Caracteres
- 115. Subempreitada e coempreitada
- 116. Preço, verificação e pagamento
- 117. Revisão do preço
- 118. Riscos da obra
- 119. Responsabilidade técnica
- 120. Projeto da obra
- 121. Rescisão unilateral do contrato
 - 121.1. Por iniciativa do proprietário
 - 121.2. Por iniciativa do empreiteiro

CAPÍTULO 23 – DEPÓSITO

- 122. Conceito, elementos e espécies
- 123. Caracteres
- 124. Aspectos gerais
- 125. Obrigações do depositante
- 126. Obrigações do depositário
- 127. Depósito necessário

CAPÍTULO 24 – MANDATO

- 128. Considerações prévias
- 129. Conceito e caracteres
- 130. Disposições gerais
 - 130.1. Mandado especial e geral
 - 130.2. Carência de representação
 - 130.3. *Jus retentionis*
- 131. Obrigações do mandatário
- 132. Obrigações do mandante
- 133. Extinção do mandato
- 134. Mandato judicial

CAPÍTULO 25 – COMISSÃO

- 135. Considerações prévias
- 136. Conceito e caracteres
 - 136.1. Conceito
 - 136.2. Caracteres
- 137. Obrigações do comissário
- 138. A remuneração do comissário
- 139. Prestação de contas

CAPÍTULO 26 – AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO

- 140. Observações
- 141. Conceito e características do contrato de agência

- 141.1. Conceito
- 141.2. Características
- 142. Remuneração e indenização
- 143. Obrigações do agente
- 144. Obrigações do proponente
- 145. Contrato de distribuição
- CAPÍTULO 27 – CORRETAGEM
- 146. Considerações prévias
- 147. Conceito, semelhanças e caracteres
 - 147.1. Conceito
 - 147.2. Semelhanças
 - 147.3. Características
- 148. Obrigações do corretor
- 149. Remuneração
- CAPÍTULO 28 – TRANSPORTE
- 150. Generalidades
- 151. Disposições gerais
 - 151.1. Transporte coletivo
 - 151.2. Conceito e caracteres
 - 151.3. Transporte cumulativo
- 152. Transporte de pessoas
 - 152.1. Obrigações e direitos do passageiro
 - 152.2. Responsabilidades do transportador
 - 152.3. Direito de retenção
- 153. Transporte de coisas
 - 153.1. Formalizações
 - 153.2. Recusa da coisa pelo transportador
 - 153.3. Direito de desistência
 - 153.4. Obrigações do transportador e entrega da coisa
 - 153.5. Inviabilidade ou interrupção do transporte
- CAPÍTULO 29 – SEGURO
- 154. Considerações prévias
- 155. A legislação brasileira
- 156. Classificação
- 157. Conceito e elementos
- 158. Caracteres
- 159. Disposições gerais
 - 159.1. Apólice e bilhete de seguro
 - 159.2. Cosseguro, resseguro e retrocessão
 - 159.3. Nulidade
 - 159.4. A obrigatoriedade do prêmio
 - 159.5. A boa-fé objetiva
 - 159.6. Seguro à conta de outrem
 - 159.7. O pagamento da indenização
 - 159.8. O corretor de seguros
- 160. Seguro de dano
 - 160.1. Generalidades
 - 160.2. Conceito
 - 160.3. O limite da garantia
 - 160.4. Transferência do contrato
 - 160.5. Indenização e sub-rogação nos direitos e ações
 - 160.6. Seguro de responsabilidade civil

- 161. Seguro de pessoa
 - 161.1. *Ad rubricam*
 - 161.2. A liberdade contratual
 - 161.3. O prêmio
 - 161.4. Estipulação do seguro
 - 161.5. O beneficiário
 - 161.6. Suicídio do segurado
- CAPÍTULO 30 – CONSTITUIÇÃO DE RENDA
- 162. Conceito
- 163. Elementos e caracteres
 - 163.1. Elementos
 - 163.2. Caracteres
 - 163.2.1. Constituição de renda onerosa
 - 163.2.2. Constituição de renda gratuita
 - 163.2.3. A relação jurídica entre instituidor e beneficiário
- 164. Direitos do instituidor ou credor
- 165. Extinção
- CAPÍTULO 31 – JOGO E APOSTA
- 166. Considerações prévias
- 167. Aspectos históricos
- 168. Conceito e classificação
 - 168.1. Conceito
 - 168.2. Classificação
- 169. Caracteres e natureza jurídica
- 170. Disposições do Código Civil
- CAPÍTULO 32 – FIANÇA
- 171. Generalidades
- 172. A fiança no Direito Romano
- 173. Conceito
- 174. Caracteres
- 175. Disposições gerais
 - 175.1. A obrigação do fiador
 - 175.2. Indicação de fiador
 - 175.3. Substituição do fiador
- 176. Efeitos da fiança
 - 176.1. Benefício de ordem
 - 176.2. Pluralidade de fiadores
 - 176.3. Direito de regresso
 - 176.4. Fiança por prazo indeterminado
 - 176.5. Ação do credor contra o devedor-afiançado
 - 176.6. Morte do fiador
- 177. Extinção da fiança
- CAPÍTULO 33 – TRANSAÇÃO
- 178. Considerações prévias
- 179. A *transactio* no Direito Romano
- 180. Conceito e elementos
- 181. Caracteres
- 182. Disposições legais
 - 182.1. *Ad rubricam*
 - 182.2. Eficácia da transação
 - 182.3. Evicção da coisa
 - 182.4. Transação e ação penal pública

- 182.5. Pena convencional
- 182.6. Nulidade de cláusula contratual
- 182.7. Hipóteses de anulabilidade
- 182.8. Outros casos de nulidade
- CAPÍTULO 34 – COMPROMISSO
- 183. Generalidades
- 184. Conceito, elementos e espécies
- 185. Paralelo entre compromisso e transação
- 186. Regras do Código Civil de 2002
- PARTE 3 – TIPOS CONTRATUAIS NÃO REGULADOS NO CÓDIGO CIVIL
- CAPÍTULO 35 – EDIÇÃO E REPRESENTAÇÃO DRAMÁTICA
- 187. Contrato de edição
- 187.1. A legislação
- 187.2. Direitos morais e patrimoniais do autor
- 187.3. Conceito, elementos e caracteres
- 187.4. Disposições legais
- 187.4.1. Formalidades obrigatórias
- 187.4.2. Cláusula de feitura de obra intelectual
- 187.4.3. A edição da obra
- 187.4.4. Os direitos autorais
- 187.4.5. Os originais e a edição
- 187.4.6. Outras obrigações do editor
- 187.4.7. Obrigações do autor
- 187.4.8. Extinção
- 188. Representação dramática
- CAPÍTULO 36 – CONTRATOS BANCÁRIOS
- 189. Conceito
- 190. Depósito bancário
- 190.1. Conceito e caracteres
- 190.2. Capacidade
- 190.3. Modalidades
- 190.3.1. Depósito à vista, a prazo e de poupança
- 190.3.2. Depósito simples e de movimento
- 190.3.3. Depósito individual ou conjunto
- 191. Conta-corrente
- 192. Abertura de crédito bancário
- 192.1. Conceito e caracteres
- 192.2. Abertura de crédito documentário
- 193. Desconto e redesconto
- 193.1. Desconto
- 193.2. Redesconto
- 194. Financiamento
- CAPÍTULO 37 – CONTRATOS DIVERSOS
- 195. Generalidades
- 196. Incorporação imobiliária
- 197. Alienação fiduciária em garantia
- 197.1. Considerações prévias
- 197.2. Conceito
- 197.3. Inadimplência do fiduciante
- 198. *Leasing* ou arrendamento mercantil
- 198.1. Considerações prévias
- 198.2. *Leasing* puro ou financeiro

198.3. *Lease-back*
198.4. *Leasing* operacional
198.5. Não restituição do bem
199. *Franchising*
200. Concessão comercial
200.1. Conceito e caracteres
200.2. A Lei nº 6.729, de 28.11.1979
201. *Factoring*
202. *Know-how*
203. *Engineering*
204. Contratos eletrônicos
204.1. Considerações prévias
204.2. Conceito
PARTE 4 – ATOS UNILATERAIS DE VONTADE
CAPÍTULO 38 – PROMESSA DE RECOMPENSA
205. Declarações unilaterais
206. O Direito Romano
207. Conceito de promessa de recompensa
208. Revogação da promessa
209. Concurso com promessa de recompensa
CAPÍTULO 39 – GESTÃO DE NEGÓCIOS
210. Generalidades
211. O Direito Romano
212. Conceito e elementos
213. Obrigações do gestor
213.1. Desvelo nas ações e responsabilidade
213.2. Informações ao interessado
213.3. Substituição do gestor e cogestão
214. Obrigações do *dominus*
CAPÍTULO 40 – PAGAMENTO INDEVIDO
215. Considerações prévias
216. O Direito Romano
217. Conceito e elementos
218. Disposições do Código Civil
218.1. Obrigação de restituir
218.2. O erro como elemento conceptual do pagamento indevido
218.3. O *animus* de quem paga e o de quem recebe
218.4. Pagamento subjetivamente indevido
218.5. Pagamento indevido nas obrigações de fazer e de não fazer
218.6. Pagamento de obrigação inexigível
218.7. Pagamento para fins ilícitos
218.8. Pagamento indevido e cobrança indevida
CAPÍTULO 41 – ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA
219. Considerações prévias
220. Conceito e elementos
221. Enriquecimento sem causa e responsabilidade civil
222. Disposições do Código Civil
222.1. *Ad rubricam*
222.2. Efeitos jurídicos do enriquecimento sem causa
222.3. A ausência *posteriori* da causa
222.4. O caráter subsidiário da *actio de in rem verso*
CAPÍTULO 42 – TÍTULOS DE CRÉDITO

223.	Generalidades
224.	Conceito e caracteres
224.1.	Conceito
224.2.	Caracteres
224.2.1.	Literalidade
224.2.2.	Autonomia
224.2.3.	Formalidade
224.2.4.	Abstratividade
224.2.5.	Declaração unilateral da vontade
224.2.6.	Cartularidade
224.2.7.	Quesibilidade
224.2.8.	Liquidez e certeza
225.	Disposições gerais do Código Civil
225.1.	A validade do título
225.2.	Aspectos formais do título
225.3.	Imperativos de ordem pública
225.4.	Circulação do título de crédito
225.5.	A garantia do aval
225.6.	Pagamento do título
226.	Título ao portador
226.1.	Conceito
226.2.	Transferência por tradição
226.3.	Matéria de defesa
226.4.	Perda total ou parcial do título
227.	Título à ordem
228.	Título nominativo
PARTE 5 – RESPONSABILIDADE CIVIL	
CAPÍTULO 43 – OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR	
229.	Considerações prévias
230.	Obrigação de indenizar
230.1.	Causa eficiente
230.2.	Responsável pela indenização
230.3.	Responsabilidade civil e criminal
230.4.	Danos provocados por semoventes e coisas
230.5.	Cobrança irregular de dívida
230.6.	Os bens do responsável
230.7.	A sucessão do ofensor e do ofendido
CAPÍTULO 44 – INDENIZAÇÃO	
231.	Generalidades
232.	Extensão do dano e grau da culpa
233.	Culpa concorrente
234.	Obrigações contratuais
235.	Reparações em caso de homicídio
236.	Lesão ou ofensa à saúde
237.	Profissionais da área de saúde e indenização
238.	Danos por usurpação ou esbulho
239.	Danos por ofensas morais
240.	Ofensa à liberdade pessoal
Bibliografia	
Índice Onomástico	
Índice Alfabético de Assuntos	